

# Um ano depois, Brasil não esclareceu vazamento de óleo no Nordeste

Por Letras Ambientais  
quarta, 22 de julho de 2020



Em 30 de agosto de 2020, completa-se **um ano do grande desastre de poluição por óleo**, no Litoral do Nordeste. Apesar de todo esse tempo, os responsáveis pelo crime ambiental continuam desconhecidos e impunes. O governo federal não conseguiu

identificar e multar os culpados, conforme previsto na legislação ambiental.

O incidente de vazamento de óleo no mar foi considerado **um dos piores desastres ambientais da história do Brasil**. Manchas de petróleo cru foram espalhadas por todo o Litoral brasileiro, do Maranhão até o Rio de Janeiro.

Enquanto isso, o Brasil acumula danos e prejuízos, em várias dimensões:

**1) Econômicas:** decorrentes de despesas para contenção do desastre, incluindo serviços de limpeza das praias;

**2) Ambientais:** toda a biodiversidade marinha foi afetada e ainda há pequenos resíduos de óleo no mar;

**3) Sociais:** uma população que sobrevive do turismo e da pesca artesanal foi diretamente atingida e não ressarcida, em função de os responsáveis não terem sido identificados e multados;

**4) Institucionais:** os impactos do desastre ambiental na arrecadação de municípios e estados da região Nordeste;

**5) Científicas:** apesar de existir capacidade tecnológica para mapear os resíduos de petróleo no mar, o Brasil não tomou essa medida a tempo, antes da dispersão e espalhamento do poluente pelo Litoral. Apesar de alguns cientistas continuarem pesquisando o incidente, essa radiografia inicial do poluente não foi feita. Com isso, importantes informações ficaram perdidas.

De forma geral, a dimensão real dos impactos do derramamento de óleo no mar ainda não foi mensurada, sendo muito difícil ser calculada, em sua totalidade. E parece que **o governo brasileiro não aprendeu muitas lições**, mesmo depois desse enorme desastre no Nordeste.

Apesar do papel central da exploração e transporte de petróleo em águas brasileiras, **o Brasil continua vulnerável**, na área de monitoramento das suas águas.

>> **Leia também:** [5 fatos que não te contaram sobre a poluição por óleo no Litoral do Nordeste](#)

Nos próximos anos, é provável que a exploração de recursos do Pré-Sal seja intensificada, no Brasil. O mercado está em crescente expansão, por conta do **crescimento da extração de petróleo**, no Litoral brasileiro.

Embora haja uma tendência global à descarbonização, tudo indica que poderá haver um **aumento no consumo de combustíveis fósseis**. Vale lembrar que têm sido poucas as

iniciativas, políticas e jurídico-institucionais, de incentivo à substituição, dessas fontes poluentes, pelas energias renováveis.

A adaptação da política e dos setores econômicos, dos diversos países, para prevenir as ameaças das mudanças climáticas, foi tema [deste post](#). **Os eventos extremos, de grandes proporções, decorrentes das mudanças climáticas**, que poderão causar crises inesperadas e generalizadas, são chamados de "cisnes verdes".

O aumento da exploração de petróleo gerará crescimento na área de transporte marítimo de cargas, sobretudo por parte de companhias estrangeiras. Essa tendência irá ampliar os riscos e **demandas por sistemas de vigilância**, para garantir a segurança, nos mares brasileiros.

Segundo o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), em março de 2020, ocorreu a desmobilização das equipes do governo federal, envolvidas com **ações de resposta e monitoramento do vazamento de óleo**.

O impacto da pandemia também diminuiu os esforços da operação. Assim, **mesmo aparecendo novas manchas menores**, nos últimos meses, o trabalho de limpeza das praias foi reduzido consideravelmente.

As últimas informações de monitoramento, disponibilizadas pelo Ibama, são de 19 de março de 2020. De acordo com o levantamento, foram detectadas **manchas de óleo em 1.013 locais**. No total, foram 130 municípios afetados, em todos os estados do Nordeste, além do Espírito Santo e Rio de Janeiro.

>> **Leia também:** [Laboratório detecta imagem de satélite que pode explicar origem do óleo no Nordeste](#)

**Brasil acumula prejuízos por gestão ineficiente de desastres**





Em Maragogi (AL), máquinas retiram petróleo que invadiu praias.

A incapacidade do atual governo, na gestão de desastres, é algo que chama atenção. **A resposta tardia e negligente, para conter o desastre**, por derramamento de óleo no Litoral do Nordeste, não foi muito diferente do que assistimos atualmente.

Estamos nos referindo à **grave crise sanitária, provocada pelo novo coronavírus**. Logicamente, dadas as devidas proporções, a cada um desses desastres.

Os danos humanos, **causados pelo espalhamento da pandemia**, não se comparam com os impactos socioambientais, decorrentes do incidente de poluição por óleo, nos mares brasileiros.

No dia 23 de julho de 2020, a Covid-19 já havia devastado a vida de 82.771 brasileiros, segundo dados da [Universidade](#) Johns Hopkins. A dor pela perda, para o coronavírus, de cada uma dessas pessoas, são **marcas indeléveis na vida de milhares de famílias**.

Grande parte dessas mortes, poderiam ter sido evitadas, com um **plano efetivo, para conter a disseminação do vírus, no Brasil**. Não à toa, pelos números, o Brasil está

entre os três países que lideram o trágico ranking de pior gestão da pandemia.

>> **Leia também:** [Mancha de óleo por navio no Rio Grande do Norte pode não explicar origem do vazamento](#)

Já no desastre de poluição por óleo, nas praias do Nordeste, as **providências tomadas pelo governo** federal foram igualmente ineficientes e incompletas.

**A ação tardia e trôpega do governo brasileiro** certamente tornou, em ambos os desastres, a dimensão dos impactos exponencialmente maiores.

Um dos aspectos comuns a ambas as tragédias foi a **falta de articulação e integração dos estados, para resposta à crise**. No caso do desastre de derramamento de óleo no mar, desde 2013, o Brasil já contava com um Plano Nacional de Contingência para Incidentes de Poluição por Óleo em Águas sob Jurisdição Nacional (PNC), instituído pelo Decreto nº 8.127.

A legislação estabeleceu a estrutura organizacional de resposta do governo à crise, atribuindo responsabilidades a diversos órgãos. Consta no dispositivo legal todos os **protocolos necessários, em caso de uma situação emergencial**, de vazamento por óleo, em águas brasileiras.

Todavia, o PNC não foi acionado pelo governo federal, para o Nordeste. Foram tomadas apenas ações isoladas pela União, mesmo assim tardiamente. Pelos acordos internacionais, todas as vezes que ocorre um **incidente de vazamento de óleo no mar, em grandes proporções**, é preciso que um plano de contingência seja colocado em ação, organizando a resposta do país à crise.

>> **Leia também:** [Novas pistas podem esclarecer definitivamente origem do óleo no Nordeste](#)

**Governo não multou responsáveis pelo desastre e ainda contraiu uma dívida milionária**





Em Tamandaré (PE), agentes removem camada de óleo das praias.

Diante do não acionamento do PNC, os estados do Nordeste e o judiciário, especialmente o Ministério Público Federal, nos estados, exerceram um papel relevante, **para conter os impactos do espalhamento dos resíduos**.

Não por coincidência, destaca-se o **papel desempenhado pelo judiciário e pelos estados do Nordeste**, no controle da atual pandemia. Foi preciso que o Supremo Tribunal Federal (STF) intervisse, reconhecendo a autonomia dos estados, para tomar decisões normativas e institucionais, visando controlar a disseminação do coronavírus.

Essa medida foi relevante, considerando que **informações falsas e protocolos controversos**, sem comprovação científica, são disseminados, diariamente, pelo presidente Jair Bolsonaro e seus aliados mais devotos.

No caso do óleo no Nordeste, no início da crise, a gravidade da situação **também foi subestimada, pelo governo federal**. O Brasil contava com tecnologia e profissionais qualificados, para uma resposta adequada ao incidente. Porém, seria necessário

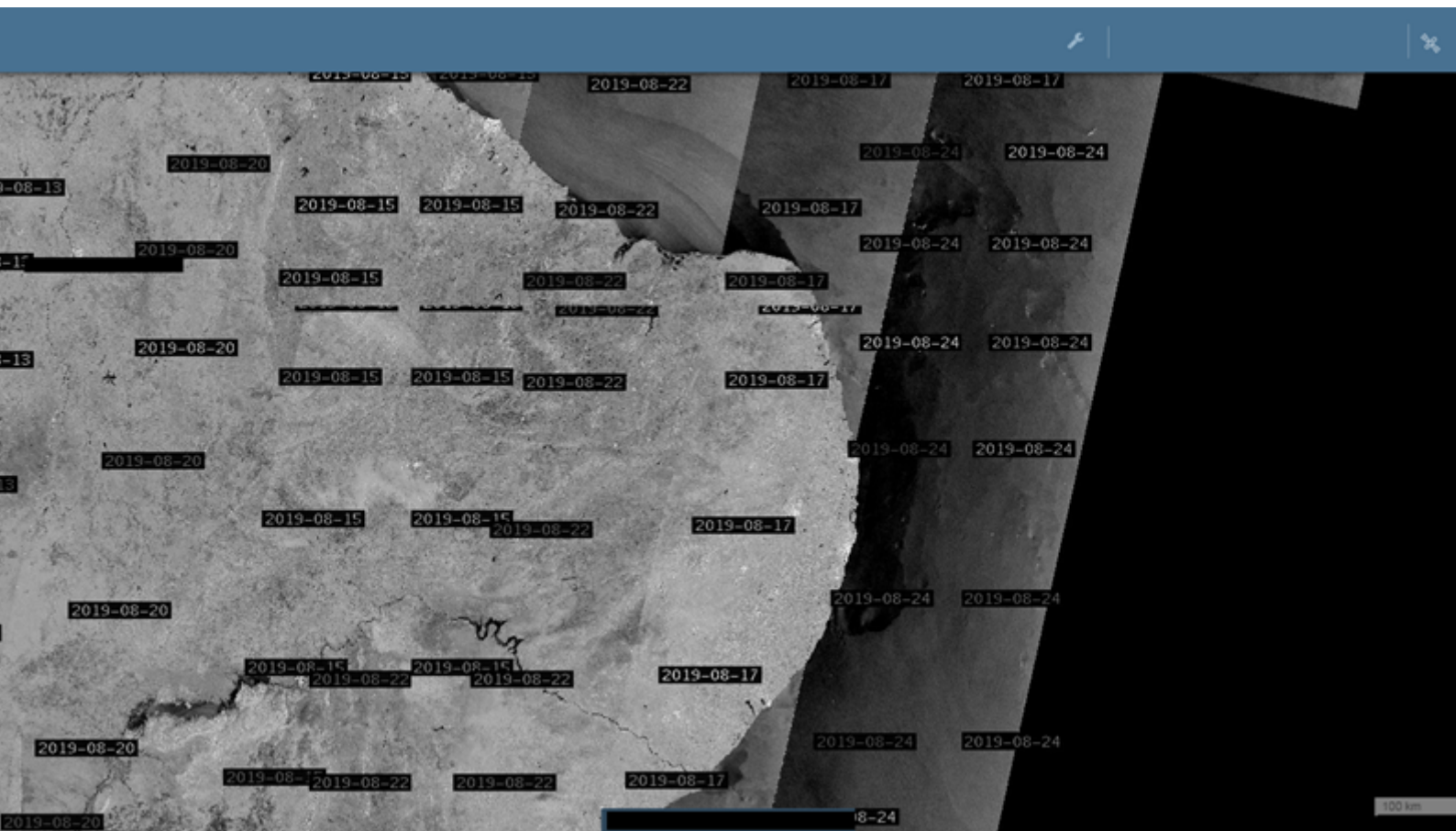
coordenação, inclusive liberação rápida de recursos, para conter o alastramento do óleo no mar.

>> **Leia também:** [Por que os 5 navios gregos não poluíram o Litoral do Nordeste?](#)

No último dia 18 de julho, o jornal O Globo divulgou que **a União não pagou a dívida de R\$ 43 milhões à Petrobrás**, pela prestação de serviços de limpeza das praias, de agosto a dezembro de 2019. As informações foram obtidas junto à Marinha do Brasil, pela Lei de Acesso à Informação (LAI).

Como resultado da **desarticulação do governo, na resposta à crise**, impossibilitou-se esclarecer quem foram os responsáveis pelo grave crime ambiental, no Litoral do Nordeste. Até hoje, os prejuízos se acumulam na conta do Estado brasileiro.

## **Brasil perde legado científico do incidente por atrasar recursos para pesquisa**



Conjunto de imagens do satélite Sentinel-1A (Radar SAR), do Litoral brasileiro. Fonte: Lapis.

Outra questão a ser levada em conta, no desastre por óleo no Nordeste, foi o papel de pesquisadores. Eles atuaram, por iniciativa própria, em **investigações para esclarecer o incidente**, para minimizar os impactos do óleo sobre a biodiversidade e na destinação



correta dos resíduos.

Como exemplo, citamos a iniciativa do Laboratório de Análise e Processamento de Imagens de Satélites ([Lapis](#)). Na oportunidade, apesar de contar com um número muito reduzido de colaboradores, o Laboratório mostrou **capacidade para monitorar todo o Litoral brasileiro**.

Com uso de tecnologia de Radar SAR (Satélite de Abertura Sintética), do Sentinel-1A e outros sensores, o Laboratório identificou, retrospectivamente, **grandes manchas de óleo no mar**.

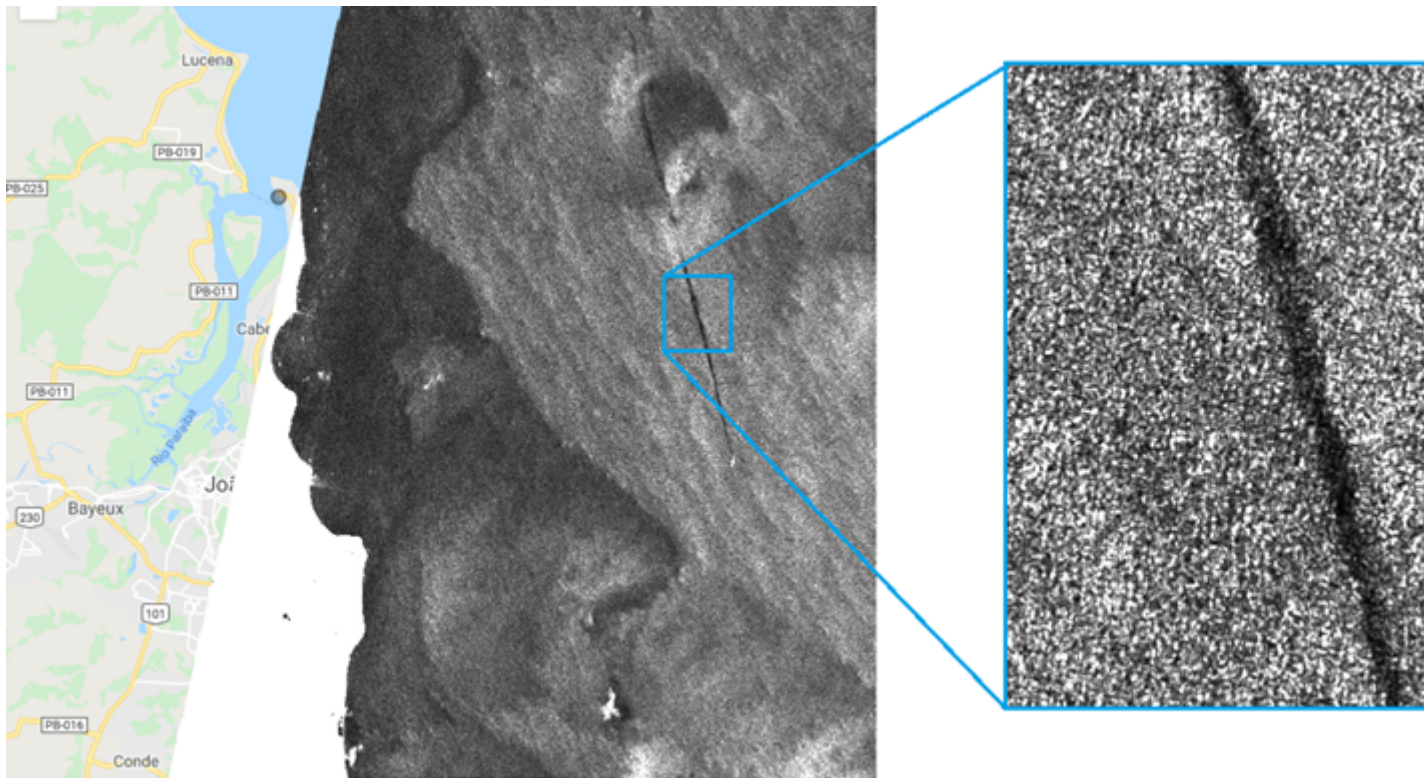


Imagem de satélite destaca mancha de óleo na Costa leste do Nordeste. Fonte: Lapis.

As evidências encontradas pelo Lapis foram entregues às autoridades que investigam o caso e a comissões do Congresso Nacional. Porém, até agora, **os responsáveis pelo vazamento de óleo não foram identificados e punidos**.

Somente depois de quase um ano, o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) abriu recentemente um edital para financiar projetos, relacionados ao **derramamento de óleo na Costa brasileira**.

É claro que financiamento para pesquisa científica é importante a qualquer tempo. Mas o problema é que muitos pesquisadores já paralisaram seus estudos sobre o assunto, por falta de recursos e de pessoal, para dar **continuidade às atividades emergenciais**.



>> **Leia também:** [Profundidade oceânica era insuficiente para navio encalhado na costa do Maranhão](#)

## Conclusão

O panorama apresentado neste post mostra que a gestão de desastres, sejam ambientais, sanitários, meteorológicos ou de qualquer outra natureza, requer **equipe qualificada para uma adequada resposta emergencial**. Para que se alcancem os resultados esperados, é preciso coordenação e ações tempestivas, por parte do governo.

Pelo que analisamos, na gestão do vazamento de óleo, no Litoral do Nordeste, comparando com a **grave situação atual de pandemia**, o Brasil tem mostrado incapacidade institucional e de articulação para gerir desastres e minimizar seus terríveis impactos.

Qualquer atraso ou ineficiência, nas ações de resposta, **transformam um desastre**, que poderia ser de impactos pontuais, em consequências de grandes proporções.

Quando isso acontece, **grande é o trauma da sociedade para lidar com a dimensão dos danos** humanos, prejuízos sociais, econômicos e ambientais. É o que ocorreu com o vazamento de óleo no Nordeste e é o dramático cenário que atravessamos na atual pandemia.

***Inscrições abertas.** Você sabia que pode finalmente dominar o QGIS, para produzir mapas, produtos e serviços de satélites? Isso se tornou possível com o Curso 100% online, desenvolvido e validado pelo Laboratório Lapis. Um passo a passo completo, simples e prático, em uma sequência progressiva, começando do zero até o nível avançado. Para participar, acesse a [página do curso](#).*

**Seja um colaborador.** Quando você faz uma doação de qualquer valor, sua contribuição se transforma em difusão de conhecimentos científicos relevantes, em benefício da sociedade brasileira.

**Apoie o Letras Ambientais**

*\*Post atualizado em: 23.07.2020, às 09h01.*

### COMO CITAR ESTE ARTIGO:

LETRAS AMBIENTAIS. [Título do artigo]. ISSN 2674-760X. Acessado em: [Data do acesso]. Disponível em: [Link do artigo].





Quem somos

---

O Letras Ambientais é uma instituição privada, sem fins lucrativos. Seu objetivo é a defesa, preservação e conservação do meio ambiente.

Endereço para correspondência: Av. José Sampaio Luz, 1046, Sala 101 – Ponta Verde. Maceió (AL). CEP: 57035-260.

**Fone:** (82) 3023-3660

**E-mail:** [contato@letrasambientais.org.br](mailto:contato@letrasambientais.org.br)

**ISSN:** 2674-760X

